

SEÇÃO: DOSSIÊ FILOSOFIAS FEMINISTAS

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA: SABERES SITUADOS E CRÍTICAS DECOLONIAIS DESDE O CAMPO LATINO-AMERICANO

Peasant popular feminism and feminist epistemology: situated knowledges and decolonial critiques from the Latin American countryside

Vanesa Lazzaretti¹

Resumo: Este artigo analisa as aproximações e tensões entre o feminismo camponês popular e a epistemologia feminista, tomando como eixo o conceito de saberes situados formulado por Donna Haraway e as críticas elaboradas por feminismos decoloniais latino-americanos. Partimos da constatação de que, embora o feminismo camponês popular já se afirme como projeto político das mulheres do campo na América Latina, suas implicações propriamente epistemológicas permanecem pouco exploradas na literatura. Com base em revisão bibliográfica documental, articulamos textos de Haraway com produções sobre feminismo camponês popular e com contribuições de autoras de perspectiva decolonial, como Ochy Curiel e Yuderlys Espinosa-Miñoso. Por um lado, discutimos como os saberes situados problematizam a pretensão de neutralidade na produção de conhecimento e tensionam a centralidade de epistemologias urbano-centradas e eurocentradas no campo dos feminismos, oferecendo ferramentas para reconhecer as experiências das mulheres camponesas, inscritas em corpos-territórios, em práticas agroecológicas e em lutas anticapitalistas e antipatriarcais, como pontos de vista encarnados. Por outro, evidenciamos os limites de uma epistemologia feminista produzida desde o Norte global, ao mostrar como as elaborações teórico-políticas das mulheres do campo deslocam e radicalizam a noção de conhecimento situado, ao inscrever de forma central a colonialidade, o racismo e a expropriação de territórios. Argumentamos que os saberes produzidos desde o campo latino-americano não são apenas objetos de investigação, mas intervenções teóricas que contribuem para a formulação de uma epistemologia feminista situada e decolonial, ampliando o horizonte da teoria feminista contemporânea.

Palavras-chave: Feminismo Camponês Popular; Epistemologia Feminista; Feminismo Decolonial; Saberes Situados.

Abstract: This article examines the convergences and tensions between peasant popular feminism and feminist epistemology, taking as its central focus Donna Haraway's concept of "situated knowledges" and the critiques developed by Latin American decolonial feminisms. We begin from the observation that, although peasant and popular feminism has consolidated itself as a political project of rural women in Latin America, its specifically epistemological implications remain underexplored in the literature. Based on a documentary literature review, we bring Haraway's work into dialogue with scholarship on peasant popular feminism and with contributions from decolonial authors such as Ochy Curiel and Yuderlys Espinosa-Miñoso. On the one hand, we discuss how "situated knowledges" challenge claims to neutrality in knowledge production and unsettle the centrality of urban-centered and Eurocentric epistemologies within feminist debates, offering

¹ Mestra em Ciência Política e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: vanesa.lazzaretti@ufrgs.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4123-6119>.

analytical tools to recognize peasant women's experiences, inscribed in body-territories, agroecological practices, and anti-capitalist and anti-patriarchal struggles, as embodied standpoints. On the other hand, we highlight the limits of feminist epistemology produced from the Global North by showing how rural women's theoretical-political elaborations displace and radicalize the notion of situated knowledge, foregrounding coloniality, racism, and territorial dispossession as central dimensions. We argue that knowledges produced from the Latin American countryside are not merely objects of inquiry but theoretical interventions that contribute to the formulation of a situated and decolonial feminist epistemology, thereby expanding the horizon of contemporary feminist theory.

Key words: Peasant Popular Feminism; Feminist Epistemology; Decolonial Feminism; Situated Knowledges.

1 Introdução

Nas últimas décadas, os feminismos têm sido atravessados por importantes críticas às suas bases teóricas e políticas, especialmente quando formulados a partir de perspectivas urbano-centradas, eurocentradas e marcadas pela experiência de mulheres brancas, de classe média e escolarizadas. Tais leituras, por vezes, universalizam uma determinada trajetória histórica do movimento, silenciando ou subalternizando outras experiências feministas produzidas desde as margens, entre elas, aquelas protagonizadas por mulheres que vivem e lutam no campo. É nesse horizonte de disputa epistêmica que se insere o feminismo camponês popular, articulado por mulheres camponesas organizadas em movimentos e articulações como a Via Campesina, a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações rurais latino-americanas.

O feminismo camponês popular se apresenta, simultaneamente, como teoria social e projeto político em construção, formulado pelas mulheres organizadas na Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). Ao enfatizar as experiências e lutas das mulheres do campo latino-americano, ele inscreve questões de igualdade de gênero, justiça social, agroecologia, soberania alimentar, defesa do corpo-território e dos bens comuns em contextos marcados pela violência do agronegócio, pela expropriação de terras, pela precarização do trabalho e pela permanência de estruturas patriarcais e racistas. As mulheres camponesas desempenham papel central na produção de alimentos e na preservação de sementes crioulas, águas e territórios; contudo, seguem enfrentando invisibilização do seu trabalho, restrições de acesso à terra e à tomada de decisão, bem como múltiplas formas de violência de gênero e marginalização social.

Ao reivindicar um feminismo “camponês, popular, com identidade e revolucionário” (Barbosa, 2019, p. 202), as mulheres da CLOC afirmam uma concepção própria de feminismo, que parte da sua inserção de classe e de território para questionar tanto o capitalismo quanto o patriarcado e o racismo no campo latino-americano. Essa formulação incorpora matrizes de reflexão coletiva forjadas nas lutas e nas práticas cotidianas, nas quais a relação com a terra, com o trabalho camponês e com a vida comunitária aparece como eixo estruturante. Trata-se de um feminismo que se ancora na luta de classes, na autonomia política das mulheres e na defesa de um projeto de agricultura camponesa e agroecológica, recusando leituras que subordinam o campo a uma temporalidade “atrasada” em relação à cidade. Ao produzir saberes a partir dessas experiências territoriais e coletivas, o feminismo camponês popular também recoloca a questão sobre quais sujeitos, práticas e lugares são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento.

É nesse ponto que a crítica feminista à ideia de objetividade neutra, universal e descontextualizada permite aprofundar o argumento, especialmente a partir da proposta dos saberes situados de Donna Haraway (1995). Ao questionar a “visão de cima, de lugar nenhum” (Haraway, 1995, p. 30), característica das epistemologias hegemônicas, Haraway evidencia que a produção de conhecimento está atravessada por relações de poder e por marcadores de gênero, raça, classe, localização geográfica, entre outros. Em oposição à pretensão de uma ciência desencarnada e universal, a autora defende uma concepção de objetividade corporificada, parcial e responsável. Ao insistir que todo conhecimento é produzido a partir de um ponto de vista encarnado, localizado e implicado em relações de poder, Haraway oferece ferramentas potentes para repensar quem pode ser reconhecido como sujeito do conhecimento e a partir de que lugares se enuncia.

No entanto, autoras vinculadas ao feminismo decolonial latino-americano, como Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa-Miñoso, têm apontado limites importantes de uma epistemologia feminista produzida majoritariamente desde o Norte global. Embora reconheçam o aporte de autoras como Haraway para a crítica à neutralidade científica, essas pensadoras argumentam que a localização do conhecimento não pode ser pensada de forma abstrata, descolada da colonialidade do poder, do gênero e do saber. Em outras palavras, a perspectiva situada precisa incorporar, de modo central, as marcas da expropriação colonial, da racialização e do epistemicídio que atravessam as experiências de mulheres negras, indígenas, camponesas e

populares de Abya Yala². Esse debate desloca a questão da simples aplicação de categorias produzidas no Norte para contextos do Sul, como sujeito político do feminismo, autonomia e emancipação, frequentemente elaboradas a partir de experiências urbanas, brancas, eurocentradas e individualizantes, e convida a interrogar em que medida as elaborações das mulheres camponesas latino-americanas confirmam, tensionam ou ampliam essas categorias.

É nesse cruzamento entre feminismo camponês popular, epistemologia feminista e críticas decoloniais que se insere este artigo. Partimos da hipótese de que as lutas e os saberes produzidos pelas mulheres camponesas latino-americanas constituem um terreno privilegiado para pensar o caráter situado do conhecimento e, ao mesmo tempo, para evidenciar limites de uma epistemologia feminista formulada a partir do Norte global. Mais do que tratar o feminismo camponês popular apenas como objeto empírico a ser explicado por teorias externas, interessa-nos explorá-lo como interlocutor teórico, capaz de dialogar com a proposta de saberes situados de Donna Haraway e de problematizá-la a partir da experiência histórica do campo latino-americano.

Diante disso, o artigo busca responder às seguintes perguntas de pesquisa: a) Qual a relação entre o feminismo camponês popular e os saberes situados propostos por Donna Haraway? b) Em que medida o conceito de saber situado contribui para compreender as lutas e experiências das mulheres em contextos rurais latino-americanos? Quais limites dessa aproximação são evidenciados pelas críticas feministas decoloniais produzidas na região?

Metodologicamente, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica e documental, articulando textos de Donna Haraway sobre epistemologia feminista com produções recentes acerca do feminismo camponês popular, bem como com contribuições do feminismo decolonial latino-americano. O artigo organiza-se em três momentos principais: em primeiro lugar, apresenta-se o feminismo camponês popular como proposta teórico-metodológica das mulheres do campo; em seguida, discutem-se a epistemologia feminista e a noção de saberes situados em Haraway, à luz das críticas decoloniais; por fim, examinam-se as conexões entre esses referenciais e os saberes produzidos pelas mulheres camponesas, indicando

² Abya Yala é uma expressão criada pelo povo Guna (ou Kuna), que habita o Panamá e o norte da Colômbia, que significa “terra em plena maturidade” ou “terra de sangue vital”. Sugerida pelo líder aimará Takir Mamani nos anos 1980 para substituir o topônimo colonial “Américas”, a denominação passou a ser usada em documentos e cúpulas indígenas como afirmação de soberania e horizonte decolonial dos povos do continente (Ferrari, 2024).

contribuições e tensões para a formulação de uma epistemologia feminista situada desde os corpos-territórios do campo latino-americano.

2 Feminismo camponês popular: uma proposta teórico-metodológica das mulheres do campo

O feminismo camponês popular se define como uma teoria social e, ao mesmo tempo, como um projeto político em construção, formulado a partir das lutas das mulheres do campo organizadas em movimentos camponeses e articulações latino-americanas. Sua emergência está ligada à trajetória da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), que, desde a década de 1990, articula sindicatos, movimentos de trabalhadoras rurais, povos indígenas e comunidades camponesas de quase todos os países da América Latina e do Caribe (Barbosa, 2019). Desde sua fundação, a CLOC conta com uma Articulação de Mulheres³ que, ao longo dos anos, assumiu papel central ao reivindicar que as mulheres do campo fossem reconhecidas como sujeito político, com direito à palavra, à participação e à decisão em todas as instâncias dos movimentos. No caso brasileiro, essa elaboração se materializa em movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que tem sido protagonista nas elaborações acerca do feminismo camponês popular; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), que passam a inscrever a luta feminista no interior das agendas pela reforma agrária popular, pela soberania alimentar e pela defesa dos territórios.

Durante o congresso de fundação da CLOC, em 1994, esse protagonismo feminino se expressou na criação de espaços próprios de organização e na formulação de uma agenda específica das mulheres, o que resultou, posteriormente, na afirmação de um feminismo camponês, popular, com identidade e revolucionário, enraizado nas experiências concretas das mulheres rurais. Como mostra Lia Pinheiro Barbosa (2019), o amadurecimento desses debates ao longo dos anos permitiu que as camponesas nomeassem como feminismo

³ A Articulação de Mulheres foi criada em 1994, mesmo ano da fundação da CLOC. Sua criação não se deu sem tensões, uma vez que a ideia de que a luta das mulheres era secundária e poderia causar rupturas na chamada “luta geral”, representada pela luta de classes, era muito forte no interior dos movimentos sociais do campo. A criação desse espaço de auto-organização se deu, portanto, pela luta das próprias mulheres. O objetivo da Articulação é promover espaços permanentes de mobilização, organização, articulação e formação política em torno do debate do que representa ser mulher no campo latino-americano, bem como tensionar para que ocorra a transversalidade dos debates de gênero em todos os espaços políticos, de decisão e de direção CLOC/Via Campesina.

camponês popular um conjunto de práticas, reflexões e elaborações coletivas que já vinham orientando suas lutas por terra, autonomia, justiça social e transformação das relações de gênero, classe, raça e etnia. Essa nomeação não é apenas discursiva: ela se expressa em processos concretos de formação política, como escolas de mulheres, encontros continentais e campanhas articuladas em torno da violência no campo, do combate aos agrotóxicos e da defesa das sementes crioulas⁴, por meio das quais as camponesas elaboram coletivamente sua concepção de feminismo e de projeto de sociedade.

Como descrito em livro publicado pela Articulação de Mulheres da CLOC em 2024:

O feminismo camponês popular é uma noção clara e contundente e, ao mesmo tempo, de grande complexidade. Alimentado por muitos pensamentos, perspectivas e diálogos, aprendendo e ensinando em escolas de mulheres camponesas, ele vem sendo trabalhado em diversas assembleias continentais. Fazem parte desse corpo-território que elas conceberam e cuidaram a luta pela soberania alimentar, pela produção camponesa e agroecológica, pela reforma agrária popular, pelas formas de vida e sustento camponesas e indígenas que respeitem e integrem a natureza, pelos direitos reprodutivos, pelas diversidades sexuais e por muitas outras pautas. Também por reconhecer todos os cuidados e criar novas formas, compartilhadas entre todas e todos, de realizá-los. Contra a violência, o racismo, a exploração das pessoas e da natureza e a discriminação. (Articulación de Mujeres de La CLOC/LVC, 2024, p. 12-13).

A concepção de feminismo camponês popular incorpora matrizes de pensamento que vão além dos circuitos acadêmicos tradicionais. Trata-se de um feminismo que não nasce de uma corrente de pensamento abstrata, mas de processos de formação política, de experiências de organização comunitária e de enfrentamento cotidiano às múltiplas violências que marcam a vida no campo. Seu caráter popular remete, em primeiro lugar, à centralidade da classe trabalhadora rural e das camadas populares, afirmando uma leitura da opressão de gênero inseparável da exploração de classe e da expropriação dos territórios (Butto, 2017). Nesse sentido, a dimensão popular não se restringe à ideia de “massas” ou “povo” em abstrato, mas refere-se à inserção concreta das mulheres em processos de luta anticapitalista e anti-imperialista, nos quais a classe é um eixo estruturante da análise e da ação política. Em muitos contextos, isso se expressa na recusa às políticas que subordinam a agricultura camponesa à lógica do agronegócio exportador, bem como na defesa de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, aos quintais produtivos e às feiras agroecológicas, espaços nos

⁴ Exemplo dessas ações são as campanhas permanentes articuladas pela Via Campesina, como as campanhas “Basta de Violência contra a Mulher”, lançada em 2008, durante a V Conferência Internacional da Via Campesina, e “Sementes Camponesas: Patrimônio dos Povos a serviço da Humanidade”, instituída em 2003.

quais as mulheres camponesas afirmam, simultaneamente, sua condição de trabalhadoras e de sujeitas políticas.

Em paralelo, a adoção da identidade camponesa aparece como elemento fundamental para compreender a especificidade desse feminismo. Catiane Cinelli e Elisiane de Fátima Jahn (2011) destacam que o termo “camponesa” não designa apenas uma relação econômica com a terra, mas um modo de vida e de produzir que se ancora na reciprocidade, na cooperação, no cuidado com a natureza e na reprodução ampliada da vida. A identidade camponesa se constrói na relação com a terra, as sementes, a água e os territórios, compreendidos como bens comuns e não como mercadorias. Essas relações se concretizam em práticas como o cuidado com os quintais produtivos, a troca de sementes entre famílias e comunidades, as feiras de sementes crioulas e as experiências de produção agroecológica, frequentemente protagonizadas e coordenadas pelas mulheres (Lazzaretti, 2025).

Ao se afirmar como camponesas, as mulheres reivindicam o valor de seus saberes, de seu trabalho e de suas formas de organização, recusando a visão que subordina o campo a uma temporalidade dita como atrasada em relação à cidade (Cinelli e Conte, 2010). Como pontuam Carmen Lorenzoni, Iridiane Seibert e Zenaide Collet (2020, p. 27):

O feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce das experiências das mulheres camponesas por meio de transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora. Uma prática cotidiana que está motivada por um pensamento político, que vai sendo apreendido nos processos de formação estudo político ideológico da Educação Popular, da Teologia da Libertação, do Feminismo popular e revolucionário, dos clássicos sobre o campesinato, do pensamento crítico ao modelo capitalista de sociedade, que aponta a sua superação para a construção de uma sociedade socialista.

Ao assumirem a identidade camponesa e se organizarem em movimentos próprios, as mulheres rurais deslocam tanto o lugar tradicionalmente ocupado por elas no interior das organizações mistas quanto à forma como o campo é representado nas narrativas hegemônicas. Como apontam Michela Calaça e Iridiane Seibert (2018), o feminismo camponês popular é resultado de um longo processo em que as mulheres, inicialmente invisibilizadas nas estruturas sindicais e nos movimentos mistos, passam a construir espaços autônomos de formação, debate e ação, a partir dos quais colocam em questão não apenas o patriarcado, mas também os modelos de desenvolvimento baseados no agronegócio e na mercantilização da natureza.

Sirlei Gaspareto (2017) enfatiza que o feminismo camponês popular se expressa como uma preocupação cotidiana com a vida, os territórios e os bens comuns. Ao destacar o papel das mulheres na produção de alimentos, na preservação de sementes e na manutenção das comunidades rurais, a autora mostra como esse feminismo articula a luta contra a violência de gênero e a dominação patriarcal com a defesa de uma agricultura camponesa e agroecológica, comprometida com a reprodução da vida e não com a lógica de acumulação capitalista. Em suas palavras, trata-se de um feminismo que se orienta pela responsabilidade com as gerações futuras e pela defesa de que “a natureza continue viva e presente” (Gaspareto, 2017, p. 152). Nesse sentido, as experiências de construção de hortas medicinais, de farmácias vivas comunitárias e de cirandas infantis em jornadas de lutas e encontros de formação ilustram como as mulheres camponesas articulam, na prática, o cuidado com a vida, a saúde e o território, alargando o próprio significado de política.

Na mesma linha, Iridiane Seibert (2017) argumenta que o feminismo camponês popular só pode ser compreendido plenamente se for situado no interior das lutas pela reforma agrária popular, pela soberania alimentar e pela construção de outro modelo de sociedade. A luta anticapitalista e pelo acesso à terra aparece como eixo estruturante, ao lado da denúncia das violências que atingem de forma específica as mulheres camponesas: violência doméstica e sexual, concentração de renda e de terras, sobrecarga de trabalho e desvalorização de seus saberes e práticas. Assim, o enfrentamento ao patriarcado não se separa da crítica ao agronegócio, ao racismo e às múltiplas formas de exploração que atravessam o trabalho e a vida no campo.

Mobilizações como as Jornadas de Lutas das Mulheres⁵, as ações contra o uso de agrotóxicos e as campanhas pela demarcação de territórios camponeses e indígenas mostram como a crítica à violência de gênero está intrinsecamente ligada à denúncia da violência estrutural produzida pelo capital no campo latino-americano. Ao mesmo tempo, experiências como a Marcha das Margaridas⁶, as mobilizações continentais da CLOC-Via Campesina e os

⁵ As Jornadas de Lutas são períodos de mobilização coletiva em que mulheres dos movimentos do campo organizam ações de massa, formação política e denúncias para visibilizar suas pautas e pressionar o Estado por direitos. Normalmente acontecem nas proximidades do Dia Internacional da Mulher, 08 de março.

⁶ A Marcha das Margaridas é uma mobilização nacional de mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, realizada em Brasília desde 2000. Em memória da líder sindical Margarida Maria Alves, ela reúne anualmente milhares de mulheres para denunciar desigualdades e violências e reivindicar direitos. Articula pressão sobre o Estado, formação política e um projeto feminista baseado em justiça social, soberania alimentar e bem viver.

processos de auto-organização das mulheres em núcleos, coletivos e articulações estaduais evidenciam que esse feminismo se constrói em movimento, entrelaçando reflexão teórica, práticas produtivas e lutas por direitos.

Desse modo, o feminismo camponês popular pode ser compreendido como uma proposta teórico-metodológica que toma as experiências das mulheres do campo como ponto de partida para ler o mundo e para transformá-lo. Ao colocar no centro da reflexão as relações entre corpo, terra e território, ele não apenas redefine o sujeito político do feminismo, incorporando as mulheres camponesas como protagonistas, como também reconfigura os próprios termos da produção de conhecimento sobre o campo. Em vez de serem tratadas apenas como objetos de pesquisa ou como beneficiárias de políticas públicas, as camponesas passam a ser reconhecidas como sujeitas com autoridade epistêmica, cujos saberes, práticas e narrativas constituem aportes fundamentais para a crítica ao capitalismo, ao patriarcado e à colonialidade na América Latina⁷.

Nós já dissemos isso há tempos: as mulheres alimentam o mundo, e o fazem a partir de um acúmulo de conhecimentos e sabedorias que constitui um importante patrimônio para as alternativas civilizatórias de que a humanidade precisa. Esses acúmulos delineiam um feminismo camponês popular que é antissistêmico e o faz a partir da experiência vivida, numa construção que intercala a ação política com a formulação conceitual forjada pelas próprias camponesas organizadas. (Articulación de Mujeres de La CLOC/LVC, 2024, p.16).

Essa formulação abre caminho para a aproximação com a epistemologia feminista: ao reivindicar que o conhecimento produzido a partir das lutas camponesas seja reconhecido como saber legítimo e relevante, o feminismo camponês popular tensiona concepções universalizantes de conhecimento e antecipa, em muitos aspectos, a ideia de que todo saber é situado. É a partir dessa chave que, na seção seguinte, discutimos as contribuições da epistemologia feminista e, em particular, da proposta de saberes situados de Donna Haraway, para compreender a densidade teórica e política do feminismo camponês popular.

⁷ Importante pontuar que, no Brasil, grande parte da produção científica sobre o feminismo camponês popular é fruto de pesquisas realizadas pelas próprias mulheres camponesas, que ocupam espaços nas universidades para inscrever, também no conhecimento acadêmico, os saberes produzidos pelas mulheres do campo, das águas e das florestas na América Latina.

3 A epistemologia feminista e a inclusão do gênero na produção do conhecimento

A epistemologia feminista constitui um campo de reflexão que interroga as condições de produção do conhecimento e as formas pelas quais gênero, raça e classe atravessam aquilo que é reconhecido como verdade, ciência ou saber legítimo. Em diálogo crítico com a epistemologia moderna, frequentemente sustentada por pressupostos universalistas e por uma perspectiva masculina e branca tomada como neutra, as autoras feministas não se limitam a incluir as mulheres no cânone. Elas colocam em questão os próprios critérios que definem quem pode falar, a partir de quais lugares e com que autoridade se enuncia (Harding, 1986).

A crítica central da epistemologia feminista ao conhecimento tradicional reside, assim, na explicitação dos preconceitos de gênero que atravessam os campos disciplinares e os modos de validação do saber. Helen Longino (2012, p. 506) observa que tais preconceitos se manifestam em “determinadas afirmações e [são] facilitados pelos princípios disciplinares básicos”, contribuindo para a invisibilização ou distorção das experiências das mulheres e das relações de gênero. Nesse sentido, um dos papéis fundamentais da epistemologia feminista é tornar visíveis esses vieses, mostrando como eles estruturam agendas de pesquisa, métodos, categorias analíticas e interpretações de resultados (Ketzer, 2017).

Essa crítica também alcança os binarismos que organizaram a tradição moderna de conhecimento. A separação entre razão e emoção, mente e corpo, cultura e natureza, objetividade e subjetividade não opera apenas como distinção conceitual, mas como hierarquia epistemológica. Historicamente, o polo da razão, da abstração e da universalidade foi associado ao masculino, enquanto o corpo, a emoção, a experiência e a particularidade foram vinculados ao feminino e, por isso, desqualificados como fontes legítimas de conhecimento. É nesse sentido que Sandra Harding (1986) argumenta que a ciência moderna foi constituída a partir de um ponto de vista masculino, branco, de classe média e localizado no Norte global, ainda que frequentemente se apresente como expressão de uma racionalidade universal.

Ao explicitar essas hierarquias, a epistemologia feminista não propõe apenas acrescentar novos sujeitos a um modelo já estabelecido de ciência, mas deslocar os próprios termos em que a objetividade é concebida. A questão deixa de ser a busca por uma neutralidade abstrata, fundada na supressão das marcas sociais do sujeito que conhece, e

passa a envolver a responsabilidade crítica diante das condições históricas, políticas e corporificadas da produção do saber. Desse modo, dimensões como gênero, raça, classe e localização geográfica tornam-se centrais para compreender não apenas quem é autorizado a conhecer, mas também quais problemas são formulados, quais métodos são legitimados e quais experiências são reconhecidas como produtoras de teoria (Ketzer, 2017).

É nesse horizonte que a noção de saberes situados, formulada por Donna Haraway, permite aprofundar a crítica feminista à neutralidade científica, ao propor uma concepção de objetividade fundada na parcialidade, na localização e na responsabilidade pelo lugar desde o qual se produz conhecimento. No diálogo com o feminismo camponês popular, essa chave analítica permite compreender como saberes situados os conhecimentos construídos pelas mulheres camponesas em torno da agroecologia, das sementes crioulas, dos quintais produtivos, das plantas medicinais, da produção de alimentos, do cuidado e da defesa dos territórios. Esses saberes emergem de experiências concretas de trabalho, luta e organização coletiva, evidenciando que a produção de conhecimento também se realiza nos corpos, nas práticas cotidianas e nos territórios em disputa.

3.1 O saber situado proposto por Donna Haraway

A obra de Donna Haraway ocupa um lugar central na epistemologia feminista ao propor uma concepção de objetividade que parte explicitamente da localização, da parcialidade e da corporificação dos sujeitos do conhecimento. Em *“Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”* (1995), originalmente publicado em 1988, Haraway critica a pretensão de uma “visão de lugar nenhum” (1995, p. 30) típica das epistemologias hegemônicas, que se apresentam como neutras e universais, mas se constroem, na prática, a partir de lugares sociais muito específicos.

Segundo a autora, o objetivo das teóricas feministas que estudam a ciência não é simplesmente denunciar os limites do modelo dominante, mas “insistir numa explicação melhor do mundo” (Haraway, 1995, p. 15). Isso implica repensar os fundamentos da própria noção de ciência, de modo a conciliar o caráter social e localizado do conhecimento com o compromisso de produzir descrições e explicações responsáveis sobre a realidade concreta. Para ela, essa tarefa exige abandonar tanto a ilusão de uma objetividade desencarnada quanto o relativismo indiferente entre perspectivas.

É nesse horizonte que Haraway (1995, pg. 18) formula a ideia de “objetividade corporificada”. A metáfora da visão é decisiva para essa formulação, uma vez que toda visão é finita, situada e parcial, de modo que não há ponto de vista que não esteja ancorado em um corpo, em uma história e em um território. A crítica recai, portanto, sobre o ideal de uma visão de lugar nenhum, isto é, uma perspectiva que se apresenta como universal e que, justamente por isso, oculta as marcas de gênero, raça, classe e localização que a constituem. Em contraposição, a objetividade feminista é entendida como a capacidade de reconhecer e explicitar a partir de onde se olha, com quem se olha e em que relações de poder essa visão está implicada.

O conceito de saber situado, nesse sentido, não descreve apenas o fato de que todo conhecimento tem um lugar de enunciação, mas aponta para uma ética e uma política da localização. Haraway (1995, p. 32) insiste que “posição diz respeito à vulnerabilidade”. Assumir um ponto de vista situado significa, portanto, reconhecer limites, implicações e responsabilidades, recusando a pretensão de falar em nome de uma totalidade abstrata. No caso das mulheres camponesas, esse posicionamento é produzido a partir da experiência corporificada e territorializada do trabalho na terra, da produção de alimentos, do cuidado com as sementes, da agroecologia, da vida comunitária e da defesa dos territórios diante das formas patriarcais, capitalistas, coloniais e racistas de expropriação. Trata-se, assim, de uma política de posicionamento que exige explicitar as condições materiais e simbólicas que tornam possível esse olhar camponês e feminista, bem como os silenciamentos e exclusões que historicamente desqualificaram esses saberes como conhecimento legítimo.

O saber situado implica, portanto, tomar posição frente aos processos de produção de conhecimento, seus produtos e seus efeitos. Ao invés de um sujeito cognoscente descolado do mundo, Haraway propõe imaginar sujeitos e objetos do conhecimento como entidades dinâmicas, relacionais e parciais, constituídas em redes de interdependência. O foco desloca-se das garantias de neutralidade para a construção de relações de responsabilidade e de resposta diante das injustiças e opressões que atravessam a ciência.

Conectado à política da localização, o saber situado demanda explicitar o contexto e o lugar a partir dos quais se produz teoria, método e interpretação. Mais do que isso, exige perguntar “quem fala?” e “para quem?”, desnaturalizando a figura do sujeito universal do conhecimento. O conhecimento situado valoriza, portanto, formas de saber que emergem das

experiências vividas, das práticas cotidianas e das lutas políticas de grupos historicamente marginalizados, recolocando-as como fontes legítimas de teoria e não apenas como dados para análises produzidas em outros lugares.

Essa formulação abre uma via fecunda para aproximar a epistemologia feminista das experiências das mulheres camponesas: ao tomar a localização, a corporeidade e o território como dimensões constitutivas do conhecer, os saberes situados oferecem um repertório conceitual para compreender os conhecimentos produzidos a partir dos corpos-territórios das mulheres do campo e das suas lutas por terra, autonomia e vida digna. Contudo, autoras vinculadas ao feminismo decolonial latino-americano têm chamado atenção para os limites dessa aproximação quando formulada a partir de contextos geopolíticos do Norte global, indicando a necessidade de incorporar de modo central a colonialidade, o racismo e a expropriação de territórios na discussão sobre a localização do conhecimento.

3.2 Críticas decoloniais ao saber situado: limites de uma epistemologia produzida desde o Norte

Embora a concepção de saber situado formulada por Donna Haraway represente um deslocamento importante em relação às epistemologias hegemônicas da modernidade, autoras vinculadas ao feminismo decolonial latino-americano têm enfatizado que tal deslocamento permanece inscrito em uma geopolítica específica do conhecimento. Em outras palavras, ainda se trata de uma crítica produzida majoritariamente desde o Norte global, por sujeitos que, mesmo quando se reconhecem como localizados, ocupam posições de privilégio racial, de classe e institucionais. A partir da proposta de uma epistemologia feminista decolonial, essas autoras sustentam que não basta reconhecer a parcialidade dos pontos de vista ou localizar abstratamente o conhecimento. É necessário tematizar a colonialidade do poder, do gênero e do saber como eixo constitutivo da própria razão moderna e das formas hegemônicas de produção de conhecimento.

Mariana Tabuchi e Amélia Rossi (2023), ao revisarem a trajetória das epistemologias feministas, mostram que autoras como Sandra Harding e Donna Haraway constituem um ponto de partida importante para a crítica feminista da ciência, na medida em que explicitam os vieses de gênero e desafiam a pretensão de neutralidade. Contudo, argumentam que essas contribuições seguem ancoradas em experiências situadas geopolítica e racialmente no Norte global, com tendência à universalização de perspectivas de mulheres brancas, de classe média

e inseridas em instituições acadêmicas centrais. De modo convergente, Caroline Souza (2021) enfatiza que a proposta de uma epistemologia feminista decolonial exige ir além da denúncia do androcentrismo, incorporando de modo central a crítica ao eurocentrismo, ao racismo e ao epistemicídio que marcam a história da modernidade/colonialidade. Nesse horizonte, a localização do conhecimento deixa de ser apenas uma questão de ponto de vista para se tornar uma questão de posição histórica na divisão internacional e racial do trabalho e do saber.

É nesse quadro que se inscrevem as contribuições de Ochy Curiel, que complexificam a relação entre saberes situados e decolonialidade ao deslocarem o foco da teoria para a metodologia. No texto *“Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”*, Curiel (2020) argumenta que o desafio não é apenas produzir uma outra teoria feminista, mas transformar os modos de fazer pesquisa. A autora denuncia o caráter colonial, racista e de classe de muitas investigações que, ainda que se reivindicuem críticas, tratam mulheres negras, indígenas e populares como objeto de estudo, reproduzindo relações de extração, tutela e condescendência. Contra essa lógica, propõe metodologias feministas decoloniais assentadas na noção de pesquisadora encarnada, isto é, um sujeito que reconhece sua própria localização, racial, de classe, sexual, geopolítica, e assume a implicação política de sua presença nos campos de pesquisa. Pesquisar a partir do feminismo decolonial significa, para Curiel, recusar a distância confortável do olhar acadêmico que recolhe dados sobre a vida de outras mulheres e, em seu lugar, construir processos de conhecimento com e desde os movimentos, em que as fronteiras entre sujeito e objeto de pesquisa são politicamente negociadas.

Essa inflexão metodológica está diretamente articulada à ideia de desengajamento (desenganche) epistemológico que Curiel desenvolve em textos anteriores e retoma no texto citado acima. Desengajar-se, nesse contexto, não implica ignorar ou descartar o acúmulo de Harding, Haraway e outras teóricas do Norte, mas deixar de tomá-las como horizonte normativo da reflexão. Trata-se de deslocar a autoridade epistêmica dos centros para as experiências históricas de mulheres negras, indígenas, camponesas e populares de Abya Yala, assumindo que os conceitos, categorias e problemas relevantes não são dados de antemão pela teoria produzida no Norte, mas emergem da prática política e da memória coletiva desses grupos. Metodologias feministas decoloniais, assim, não se limitam a aplicar categorias consagradas a “novos objetos”, mas buscam abrir espaço para que as próprias interlocutoras,

organizadas em movimentos e coletivos, participem da formulação das perguntas de pesquisa, da definição do que é conhecimento relevante e da interpretação dos resultados.

Yuderkys Espinosa-Miñoso (2020) aprofunda e radicaliza essa perspectiva. No texto *“Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina”*, publicado em 2020, a autora propõe um caminho metodológico que toma a experiência como eixo de crítica da racionalidade feminista hegemônica. Longe de entender experiência como vivência individual ou dado imediato, Espinosa-Miñoso a concebe como resultado de processos históricos de dominação e resistência que estruturam a presença de mulheres racializadas na região. A genealogia da experiência busca reconstruir como determinados grupos, a exemplo das mulheres negras, indígenas, camponesas, lésbicas e pobres, foram posicionados na trama da colonialidade, não apenas como vítimas, mas como produtoras de significados, saberes e práticas de resistência que não cabem nas categorias da razão feminista ocidental. Ao falar em “colonialidade da razão feminista”, Espinosa-Miñoso (2020, p. 100) sustenta que o feminismo ocidental - inclusive aquele considerado como crítico - foi amplamente construído a partir de um sujeito implícito (mulher branca, urbana, de classe média) cuja trajetória foi tomada como universal, enquanto outras experiências foram silenciadas, exotizadas ou instrumentalizadas.

A genealogia da experiência, nesse sentido, não apenas complementa a proposta de saberes situados, mas a desloca. Se Haraway nos convida a perguntar “de onde falamos” e a explicitar a parcialidade do ponto de vista, Espinosa-Miñoso acrescenta uma interrogação incômoda: a partir de quais histórias de exclusão, violência e resistência esse sujeito feminista pôde falar? E, sobretudo, quem ficou fora desse “nós” que a razão feminista hegemônica pressupõe? Em vez de apenas localizar um sujeito já dado, trata-se de reconstruir historicamente as condições que permitiram que determinados sujeitos se tornassem legítimos produtores de conhecimento, enquanto outros foram sistematicamente desautorizados. Essa operação abre espaço para reconhecer como as experiências de mulheres de Abya Yala, muitas vezes tratadas como “casos” ou “contextos empíricos”, são também lugares de produção teórica que desafiam as categorias herdadas do Norte global.

À luz dessas intervenções, a noção de saber situado proposta por Haraway pode ser retomada como ferramenta analítica, mas deixa de ocupar o lugar de referência suficiente para pensar os conhecimentos produzidos nas lutas das mulheres camponesas latino-americanas.

A crítica à visão de lugar nenhum e a defesa de uma objetividade corporificada aproxima-se das práticas e formulações do feminismo camponês popular, na medida em que este sempre partiu dos corpos-territórios das mulheres para ler o mundo. No entanto, as leituras de Curiel e Espinosa-Miñoso indicam que localizar o conhecimento implica também confrontar a colonialidade, o racismo e a expropriação de territórios como dimensões incontornáveis desta localização, bem como transformar os modos de pesquisar e de produzir teoria.

A questão que se coloca, então, não é apenas se o feminismo camponês popular pode ser lido através da lente dos saberes situados de Haraway, mas em que medida as experiências e elaborações teórico-políticas das mulheres do campo deslocam e ampliam a própria noção de conhecimento situado, contribuindo para a construção de uma epistemologia feminista situada e decolonial desde os corpos-territórios de Abya Yala.

4 Conexões: o saber situado produzido pelas mulheres camponesas

A partir das críticas decoloniais ao saber situado formuladas na seção anterior, o feminismo camponês popular permite observar, de forma concreta, tanto a potência quanto os limites da proposta de Donna Haraway. O conceito de saber situado, tal como formulado pela autora, oferece uma chave para compreender os conhecimentos produzidos pelas mulheres camponesas na América Latina: se não existe visão de lugar nenhum e toda objetividade é necessariamente parcial, corporificada e localizada, as experiências das mulheres do campo evidenciam como o conhecimento emerge de corpos-territórios marcados por relações específicas de trabalho, de cuidado e de luta política. Seus saberes não são elaborados a partir de um ponto de vista abstrato ou dentro dos centros acadêmicos, mas enraizados em territórios, histórias comunitárias e práticas cotidianas de resistência ao capitalismo, ao patriarcado e à colonialidade.

No contexto do feminismo camponês popular, o saber situado não se configura apenas como um princípio teórico, mas como uma prática política que parte do território para a academia e não ao contrário. As reflexões produzidas no interior dos movimentos que integram a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina são formuladas a partir de experiências concretas de luta pela terra, pela preservação das sementes crioulas e da água, em defesa da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis. Nesses processos, as mulheres constroem um entendimento do mundo que se ancora nas relações de reciprocidade, no cuidado com a natureza e na defesa dos bens

comuns, tensionando narrativas hegemônicas sobre agricultura, desenvolvimento e modernização, que frequentemente consideram atrasadas as famílias camponesas que não se rendem ao agronegócio. Aqui, a genealogia da experiência, tal como proposta por Yuderkys Espinosa-Miñoso (2020, p. 107) , encontra um campo privilegiado: as narrativas camponesas sobre expulsões, violências, marchas, feiras e mutirões tornam-se chaves interpretativas para compreender a colonialidade que estrutura a vida no campo latino-americano.

As práticas agroecológicas, os quintais produtivos, os programas de sementes crioulas, as feiras de troca de sementes, as farmácias vivas, os espaços de formação feminista e as cirandas infantis são exemplos de lugares onde esse saber situado se materializa. Ao organizar hortas, cuidar de plantas medicinais, participar de feiras e construir estratégias coletivas de comercialização, as mulheres camponesas produzem conhecimentos que articulam técnica, memória, saber ancestral e política. Trata-se de um saber que não separa produção de alimentos e reprodução da vida, mas que compreende ambas como dimensões interdependentes de um mesmo processo de sustentação dos territórios e das comunidades. Nessa chave, a objetividade não se confunde com distanciamento, mas com responsabilidade em relação aos mundos que se pretende conhecer e transformar, o que aproxima essas experiências da “objetividade corporificada” de Haraway (1995, p. 29), ao mesmo tempo em que as reinscreve em um cenário marcado pela colonialidade.

Esse caráter encarnado e relacional dos saberes camponeses dialoga diretamente com as metodologias feministas decoloniais propostas por Ochy Curiel. Quando a autora insiste na figura da pesquisadora encarnada e na necessidade de desengajamento epistemológico em relação ao horizonte teórico do Norte global, ela aponta para o fato de que os conhecimentos produzidos pelas mulheres camponesas não podem ser simplesmente capturados como dados para pesquisas externas. Pesquisar com e desde o feminismo camponês popular implica reconhecer que as próprias mulheres do campo elaboram diagnósticos, categorias e propostas – como corpo-território, soberania alimentar, bens comuns, feminismo camponês popular – que reconfiguram os termos da análise. Os encontros de formação, escolas de agroecologia, assembleias de mulheres e articulações continentais, nesse sentido, não são apenas contextos empíricos, mas espaços de produção teórica nos quais se formulam críticas ao patriarcado, ao agronegócio, ao extrativismo, ao racismo.

Nesse quadro, o saber situado das mulheres camponesas constitui também uma forma de resistência política frente às hierarquias epistêmicas que historicamente relegaram os saberes rurais, indígenas e populares à condição de tradição, crença ou prática empírica, em contraste com a ciência legitimada pelas instituições acadêmicas. Ao valorizar suas próprias experiências e conhecimentos, elas desafiam a ideia de que apenas especialistas externos – frequentemente homens, urbanos e vinculados a paradigmas produtivistas – têm autoridade para definir o que é agricultura “moderna”, qual deve ser o destino da terra e quais conhecimentos são considerados válidos nos processos de formulação de políticas públicas. A crítica de Haraway à visão de lugar nenhum encontra eco na recusa das camponesas a aceitar a desautorização de seus saberes; já a crítica de Espinosa-Miñoso à colonialidade da razão feminista ajuda a evidenciar que essa desautorização não é acidental, mas parte de um regime mais amplo de invisibilização e apropriação de conhecimentos produzidos desde Abya Yala.

Ao assumirem-se como camponesas, feministas e sujeitas de conhecimento, essas mulheres reivindicam um lugar de enunciação que rompe com a divisão entre quem pensa e quem apenas experimenta ou executa. As elaborações sobre corpo-território, violência no campo, soberania alimentar e centralidade da agricultura camponesa na reprodução da vida configuram um corpus de saberes que não se limita a descrever a realidade, mas a interpreta a partir de uma perspectiva situada, engajada e coletiva. Nesse movimento, produzem aquilo que Haraway chama de objetividade corporificada, mas em uma direção que a radicaliza: a localização deixa de ser apenas marca de um sujeito abstrato e passa a ser inscrição em histórias específicas de expropriação, racismo, exploração e resistência no campo latino-americano.

Reconhecer os saberes produzidos pelas mulheres camponesas como saberes situados, em chave decolonial, implica, ainda, disputar os critérios de legitimidade do conhecimento no interior da própria epistemologia feminista. Muitas das contribuições dessas mulheres foram, por décadas, invisibilizadas ou apropriadas sem o devido reconhecimento, seja nos espaços acadêmicos, seja nas políticas públicas. Aproximar o feminismo camponês popular da epistemologia feminista, nesse sentido, significa não apenas aplicar categorias teóricas preexistentes, mas admitir que as experiências e teorizações produzidas desde os territórios camponeses são intervenções teóricas relevantes para pensar a relação entre gênero, classe, raça, natureza e política.

A relação entre o saber situado e o feminismo camponês popular evidencia que as lutas das mulheres do campo não apenas enriquecem o movimento feminista ao ampliar seu horizonte de sujeitos e de pautas, mas também reposicionam o próprio campo da epistemologia feminista, apontando para a possibilidade de uma produção de conhecimento simultaneamente rigorosa, comprometida com a justiça social e enraizada nas lutas concretas por terra, autonomia e dignidade.

5 Considerações finais

Ao longo do artigo, buscou-se examinar as aproximações entre o feminismo camponês popular e a epistemologia feminista, tomando o conceito de saberes situados de Donna Haraway em diálogo com críticas formuladas por feminismos decoloniais latino-americanos. Partimos da hipótese de que as lutas e os saberes produzidos pelas mulheres camponesas não apenas se ajustam ao vocabulário da epistemologia feminista, mas a colocam em movimento, ao evidenciar o papel da colonialidade, do racismo e da expropriação de territórios na produção e na desautorização de conhecimentos. A análise permitiu mostrar que o feminismo camponês popular constitui, simultaneamente, um projeto político e um projeto epistemológico, no qual corpo, terra e território são pontos de partida para ler e transformar o mundo.

No que se refere à primeira pergunta de pesquisa, a discussão indicou que a relação entre feminismo camponês popular e saberes situados é marcada tanto por convergências quanto por deslocamentos. Por um lado, a crítica de Haraway à visão de lugar nenhum e a defesa de uma objetividade corporificada oferecem instrumentos importantes para reconhecer as experiências das mulheres do campo como perspectivas encarnadas, enraizadas em histórias comunitárias, práticas agroecológicas e lutas anticapitalistas e antipatriarcais. Por outro, a interlocução com autoras como Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa-Miñoso evidencia que essa aproximação permanece insuficiente se não incorpora, de maneira central, a colonialidade da razão feminista e as hierarquias epistêmicas que situam as mulheres camponesas na posição de objeto, e não de sujeito do conhecimento.

Quanto à segunda pergunta, o percurso do texto permite afirmar que o conceito de saber situado contribui de forma decisiva para compreender as experiências e lutas das mulheres em contextos rurais latino-americanos, mas é também por elas tensionado e ampliado. As práticas do feminismo camponês popular mostram que a localização não pode

ser entendida apenas como uma marca individual; ela é produção histórica em contextos de expropriação de terras, violência de gênero, racismo e resistência coletiva. As noções de corpo-território, soberania alimentar, bens comuns e agroecologia, forjadas nos movimentos camponeses, operam como chaves conceituais que deslocam o próprio campo da epistemologia feminista, ao reivindicar que a experiência histórica das mulheres do campo seja tomada como fonte de teoria e não apenas como ilustração empírica.

A articulação entre saberes situados e críticas decoloniais permite, assim, recolocar o feminismo camponês popular no interior dos debates feministas contemporâneos não apenas como expressão localizada de um feminismo genérico, mas como intervenção epistêmica. Ao tomar a genealogia da experiência e as metodologias feministas decoloniais como referências, o artigo procurou evidenciar que pesquisar com e desde as mulheres camponesas implica rever quem formula as perguntas, quais saberes são considerados relevantes e como se constroem as interpretações. Desse ponto de vista, o feminismo camponês popular não só confirma a centralidade da localização na epistemologia feminista, como a radicaliza ao inscrever, na própria definição de conhecimento situado, a história de Abya Yala e as lutas das mulheres que alimentam o mundo.

Por fim, é importante reconhecer os limites do presente estudo. A análise baseou-se em revisão bibliográfica e documental, o que permitiu reconstruir debates e categorias, mas não deu conta da riqueza e da diversidade das experiências que compõem o feminismo camponês popular em diferentes países e contextos locais. Pesquisas futuras podem aprofundar as pistas aqui levantadas por meio de trabalhos de campo, metodologias participativas e estudos comparativos entre movimentos e territórios, explorando como as mulheres camponesas nomeiam e praticam seus saberes em situações concretas de conflito, organização e criação de alternativas. Ainda assim, espera-se que as reflexões desenvolvidas contribuam para fortalecer o reconhecimento das mulheres camponesas como sujeitas epistêmicas e para consolidar o feminismo camponês popular como um dos lugares a partir dos quais se pensa – e se reinventa – a epistemologia feminista na América Latina.

Referências

ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. “Podem os privilegiados escutar?”: provocações dos feminismos marginais à crítica criminológica. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2302-2329, 2020.

ARTICULACIÓN DE MUJERES DE LA CLOC/LVC. *Feminismo campesino popular: acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC*. Bogotá: Articulación de Mujeres de la CLOC/LVC, 2024.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos Feminismos nas Lutas das Mulheres Indígenas e Camponesas da América Latina. *NORUS*, vol. 7, nº 11, p. 205-240. Jan/Jul/2019.

BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 2017. 276 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) — UFPE

CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiane. Aproximações teórico/político entre a Agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, jul. 2018. (Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF). ISSN 2236-7934.

CINELLI, Catiane. CONTE, Isaura Isabel. Mulheres camponesas construindo sua identidade feminista. In: FAZENDO GÊNERO 9 DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9, Florianópolis/SC. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2010.

CINELLI, Catiane. JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. *Revista Espaço Acadêmico*, ano X, n.117, fev. 2011.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, Bogotá, n. 26, p. 92-101, 2007.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina (org.). *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 325-334.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, México, n. 184, p. 7-12, mar./abr. 2014.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 96-118.

FERRARI, Simone. Notas sobre la noción de Abiayala: genealogías gunadule, usos globales y brechas decoloniales. *Impossibilia, Revista Internacional de Estudios Literarios*, n. 28, p. 124-140, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30827/impossibilia.282024.30017>.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. *A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.5, p. 07-41, jul./dez, 1995.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *Argumentos*, ano 9, n. 18 - Fortaleza, jul./dez. 2017.

LAZZARETTI, Vanesa. Guardiãs da vida: o papel das mulheres camponesas na mitigação das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 20, n. 4, p. 623-645, nov. 2025. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v20i4.57553>.

LONGINO, Helen. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. *Compêndio de Epistemologia*. Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (org.). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões/Expressão Popular, 2020. p. 13-31.

SEIBERT, Iridiane Graciele. Feminismo campesino popular: una propuesta de las campesinas de Latinoamérica. *Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas*, n. 29, p. 6-9, jun. 2017.

SOUZA, Caroline Ramos do Carmo de. Construções epistemológicas feministas decoloniais: pensares e ações que falem mais de nós, por nós! *Anãnsi: Revista de Filosofia*, Salvador, v. 2, n. 1, 2021.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. Construindo uma epistemologia feminista decolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 3, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n386106.

Recebido em: 15/12/2025.

Aprovado em: 20/05/2026.

Publicado em: 24/05/2026